





GABINETE DO VEREADOR MARCEL ALEXANDRE

3º COMISSÃO DE FINANÇAS, ECONOMIA E ORÇAMENTO - CFEO

PROJETO DE LEI N.º 385/2022

AUTORIA: VEREADOR KENNEDY MARQUES

EMENTA: "INSTITUI o Programa Moeda Verde de incentivo à reciclagem, promoção da educação ambiental e valorização de catadores e cooperativas e dá outras providências.".

PARECER

Versam os presentes autos acerca do Projeto de Lei epigrafado de autoria do Vereador Kennedy Marques que "INSTITUI o Programa Moeda Verde de incentivo à reciclagem, promoção da educação ambiental e valorização de catadores e cooperativas e dá outras providências.".

A propositura foi deliberada e encaminhada para a Procuradoria desta Augusta Casa Legislativa, em seguida enviada para a 2ª Comissão de Constituição, Justiça e Redação, para a devida analise e emissão de pareceres, que após análise, quando recebida pela 3ª Comissão de Finanças, Economia e Orçamento - CFEO, foi distribuída ao Relator Vereador **Marcel Alexandre** que, após análise, emite o parecer a seguir:

É o relatório, sucinto.

Passo a opinar.

Por oportuno registra-se que para análise da matéria em tela, que são levados em consideração o disposto no Artigo 39, incisos I e IV do RICMM, *in verbis:*

Art. 39 – À Comissão de Finanças, Economia e Orçamento compete:

I – opinar sobre matéria financeira e fiscal, tributação e arrecadação, empréstimos públicos, proposições que importem em aumento ou redução da despesa pública, aspecto financeiro de qualquer propositura, processos de tomadas de contas, projetos de abertura de créditos adicionais oriundos do Executivo, representações do

JUL

Rua Padre Agostinho Caballero Martin,850 São Raimundo, Manaus-AM, 69027-020 Tele.: (92)3303-2858

1616.. (92)3303-28







Tribunal de Contas, planos e programas de desenvolvimento local, e os referentes à abertura de créditos, pelo Executivo;

A presente propositura visa buscar soluções para os resíduos sólidos que produzimos, mudando essa destinação, em especial aos que podem ser recicláveis, e um passo importante para essa mudança é incentivar a população, através de benefícios, que ela pode mudar hábitos, contribuir com o meio ambiente e ter retorno imediato e a longo prazo disso.

Acontece que, ainda que o Projeto possua grande relevância para o Município, o mesmo, em seu art. 3º pretende implementar incentivos através de receitas do Erário Municipal, portanto, concorre para renúncia da receita do Município, afrontando o art. 147 da LOMAN, que determina a inclusão das renuncias fiscais na Lei orçamentária, combinado com os artigos 15, 16 e 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal que exigem estimativa de imposto financeiro e anuência do ordenador de despesas.

Portanto, apresentamos uma emenda supressiva ao Art. 3º do Projeto de Lei, visando sanear o óbice apresentado.

Em sendo assim, verifica-se que diante o exposto, com a aprovação em conjunto com a emenda apresentada, o Projeto de Lei não vislumbra descontrole ao erário municipal, opinamos pela emissão do parecer **FAVORÁVEL** ao Projeto de Lei em realce.

Manaus, 26 de maio de 2023.

Ver. Marcel Alexandre

Relator

Rua Padre Agostinho Caballero Martin,850 São Raimundo, Manaus-AM, 69027-020

Tele.: (92)3303-2858